n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado até 31 de Março de 1930 o prazo do pagamento voluntário da taxa militar a que se refere o artigo 13.º do regulamento aprovado por decreto-lei n.º 17:695, de 2 de Dezembro de 1929.

Art. 2.º As relações a que se refere o § 2.º do artigo 15.º do citado regulamento serão enviadas aos distritos de recrutamento e reserva até 5 de Abril relativamente aos pagamentos efectuados em Março.

Art. 3.º O prazo da remessa das certidões de relaxe referidas no artigo 21.º do citado regulamento, aos juizes fiscaes da residência dos devedores, é ampliado, no corrente ano, até 10 de Junho.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 1 de Março de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Autónoma de Justiça e Cultos

Portaria n.º 6:746

Tendo-se levantado dúvidas quanto à applicação, no corrente ano, do artigo 37.º do decreto n.º 17:880, de 15 de Janeiro de 1930, que estabeleceu um novo regime de férias nos tribunais;

Considerando que, gozadas quaisquer férias na vigência da lei anterior, não é lícito admitir que as mesmas férias sejam gozadas outra vez no corrente ano por o novo decreto ter transferido a época das mesmas:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, que o artigo 37.º do decreto n.º 17:880, de 15 de Janeiro de 1930, se deve entender no sentido de que, tendo sido, ao abrigo da lei anterior, gozadas, no corrente ano, algumas férias, o regime estabelecido no decreto n.º 17:880 deve, com relação às mesmas férias, entrar em execução apenas no ano de 1931.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Govêrno da República, 14 de Março de 1930. — O Ministro das Colónias, *António de Oliveira Salazar*.